ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2003: ----------

------ Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e três, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo. sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exmº.s. Srs. Luis Filipe Cruz Barreto, 1º. Secretário e Ricardo Jorge da Mota Rocha Diniz, servindo de 2º. Secretário, em substituição do titular, Engº. Tony de Jesus Ventura, em virtude do mesmo não se encontrar ainda na sala no momento da abertura dos trabalhos. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmºs. srs. Engº. Tony de Jesus Ventura, Engº. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Engº. Carlos Manuel Brites Monteiro, Prof. Ramiro Távora Cruz Acena, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luis Manuel de Jesus Lourenço, Profª. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Dr. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manual Rocha Marques Castelhano, João Luis dos Santos Marques de Pinho, António Aquiles Ribeiro Cainé, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Dr. Luis Manuel Neves Rocha e Mário de Jesus Manata. Os deputados srs. Engº. Tony de Jesus Ventura, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário e Fernando Manuel dos Santos Alves, integraram o plenário já depois de ter sido feita a chamada, tendo participado nos trabalhos até final. O sr. deputado Dr. Luis Manuel Neves Rocha chegou à sessão apenas depois do intervalo, já no decorrer do ponto nº. 2 da "Ordem de Trabalhos".----------

------ **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**: ----------

------ A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, aditado pelo artº. 2º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro e D. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel à presente sessão. ----------

------ **HORA DE ABERTURA**: Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia e confirmadas as presenças e as ausências anteriormente referidas. ----------

------ Seguidamente, pelo sr. deputado da bancada do PS, Prof. Ramiro Acena, foi apresentado um voto de pesar pelo recente falecimento da esposa do sr. deputado Narciso Patrão, do seguinte teor: "*Proponho um voto de pesar pelo falecimento da D. Maria, esposa do sr. Narciso. Lembro-me da funcionária acolhedora que, de uma forma exemplar e simpática, exerceu durante tantos anos as suas funções nos Correios de Mira. A D. Maria soube, pelo seu comportamento, granjear a admiração e o respeito de quantos a conheceram*". ----------

------ Pela bancada do PSD, interveio o deputado sr. Pedro Nunes para dizer que subscreviam na íntegra a proposta apresentada. ----------

------ Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia. ----------

------ O sr. Presidente da Câmara, usou da palavra para dizer que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mira, se associava ao voto de pesar apresentado pelas duas bancadas com assento na Assembleia Municipal. ----------

------ O deputado sr. Narciso Patrão, agradeceu, sensibilizado, o gesto por todos manifestado. ----------

------ Antes ainda de se entrar na "Ordem de Trabalhos" da sessão, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia lembrou que no final da sessão anterior um elemento de cada bancada, nomeadamente os deputados srs. Engº. Tony Ventura e Dr. José Manuel Balugas, tinham apresentado uma sugestão de poderem ser feitas sessões da Assembleia Municipal nos vários lugares do concelho, na ideia de que seria uma forma de se aproximarem dos seus eleitores, para que tomassem conhecimento da seriedade e da profundidade com que os assuntos são tratados pelo Órgão Deliberativo do Município e, para isso, nada melhor que proporcionar esse encontro com os eleitores, deslocando-se a Assembleia aos diversos lugares e se fosse do acordo de todos, poderia pensar-se em fazer algumas sessões pelos diversos lugares das freguesias, o que seria devidamente indicado nas próprias convocatórias. ----------

------ Pelo deputado sr. Dr. José Balugas foi dito que concordava com a ideia mas necessitava de algum tempo para parlamentar com os seus colegas, para auscultar a sua opinião e depois a poder apresentar. Disse que, no decorrer do intervalo da sessão, conversaria com os seus colegas de bancada e depois apresentaria ao plenário o que fosse por todos entendido. Também o deputado sr. Dr. Juan António Apolinário disse que, embora não estivesse mandatado para falar em nome da bancada do PSD, poderia assumir que o seu grupo estaria disponível e aceitaria a sugestão de bom grado, nomeadamente para sessões ordinárias em que se poderia contar com a presença e a intervenção do público. ----------

------ O sr. Presidente da Mesa informou que aguardaria pelo intervalo para depois lhe ser transmitida a posição final das duas bancadas relativamente à sugestão proposta. ----------

------ **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2003**: -----

------ Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi posta à aprovação do plenário a acta da sessão ordinária anterior, realizada em 28 de Fevereiro do corrente ano, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade,** com uma correcção introduzida pelo sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo, no tocante ao contido na linha oitava da página número dezasseis, designadamente, onde consta "*...que tinha sido o único a falar e tinha dito que o preço deveria ser simbólico e que o mesmo deveria reverter para a Câmara Municipal, em caso de extinção da Cooperativa*" porquanto o termo "reverter" não estava correcto e pretendia que passasse a constar o seguinte: "*... que tinha sido o único a falar e que tinha dito que o preço proposto o aceitava como sendo simbólico e que a Câmara Municipal, em caso de extinção da Cooperativa, deveria ficar com o direito de opção sobre o terreno*". ----------

------ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

------ Interveio, primeiramente, o deputado sr. Narciso Patrão António, para fazer um comentário a notícia publicada no jornal "Voz de Mira" relativamente a entrevista concedida pelo sr. Presidente da Câmara ao "Diário de Coimbra", em que, a certa altura refere: " *uma vez mais, o líder Mirense, invoca as dificuldades financeiras para justificar o impasse do chamado plano estratégico, a falta de obras novas, o não cumprimento, até agora, de promessas eleitorais, a gestão de mercearia que diz que a Câmara tem vindo a fazer, antes de mais para pagar dívidas, por força do buraco financeiro que diz ter herdado*

do Executivo anterior"; que, mais acrescentava que nestes doze meses, tem andado a remendar aquilo que foi mal feito durante os últimos doze anos e os nossos funcionários têm andado literalmente a remendar o que foi mal feito. Reportou-se, depois a uma entrevista publicada num jornal dum concelho vizinho, "O Ponto", de 15 de Abril corrente, feita a Paulo Frade, na qual encontra um certo paralelismo com o que acabava de ser publicado no "Diário de Coimbra" e, por isso, achava interessante tornar público e que diz o seguinte: "*Sempre que achar que isso é o melhor para o concelho, neste início de mandato, a minha postura foi muito crítica porque não concordo com certas posturas hipócritas em política. Não posso admitir que se minta descaradamente sobre a capacidade de endividamento da Câmara e tenho que "punir" o Município por usar isso malevolamente com arma de propaganda da anterior actuação, sendo falsa. Esta postura de "esperteza saloia" de querer aplanar o terreno à custa da miséria alheia, falsa, não posso admitir. É só isso, quando eu acho que há posturas políticas incorrectas, censuro-as e acabou.*" Disse, ainda, que não percebia muito bem como é que se afirmava que a Câmara estava tão falida e, por outro lado, o Tribunal de Contas tinha aprovado o empréstimo e se continuava há um ano e tal a dizer que a culpa era dos outros e como achava que havia algum paralelo entre o que estava escrito no Ponto e o que acabava de ser publicado no Diário de Coimbra, achou interessante fazer público da notícia.----------

------ A deputada Drª. Ana Maria Baião interveio para agradecer a gentileza da Câmara Municipal ter enviado resumo das principais conclusões da Workshop "Desafios do Litoral", ainda mais porque não teve possibilidades de estar presente a ficou grata por lhe terem enviado tal documento. ----------

------ Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, para chamar a atenção para os editais emanados pela Câmara Municipal e subscritos pelo sr. Presidente, concretamente um que tinha em seu poder e que dizia respeito à numeração de polícia na freguesia da Praia de Mira. Disse que o edital era já de 29 de Abril de 2002 e o problema da atribuição dos números de polícia era já antigo e, apesar do referido edital ter já um ano, tudo continuava na mesma. Outra questão que quis aflorar prendia-se com a necessidade de arranjo do espaço exterior da nova Extensão de Saúde, cuja obra lhe parecia estar a ficar concluída e não havia vestígios alguns de que o

arranjo exterior estivesse a ser executado. Por último, aludiu a um comunicado datado de 23 de Janeiro findo, relativamente à questão dos esporões, o qual, a determinada altura, referia: "...A Câmara Municipal de Mira preocupada, solicitou junto das entidades competentes, a construção, em simultâneo, de dois esporões no concelho de Mira e o reforço dos existentes, de forma a minimizar os efeitos da construção dessas obras e possíveis ondas de erosão que se possam verificar ..." e mais adiante dizia ainda "... Como resposta o INAG garantiu a construção em simultâneo, estando neste momento a executar os acessos do Poço da Cruz, nomeadamente a construção da ponte para passagem dos materiais para execução da obra..." e perguntou onde estava essa resposta do INAG, com a garantia de construção em simultâneo, se tinha sido por escrito ou apenas verbal e se existia algum documento escrito que garantisse a construção em simultâneo dos esporões do Poço da Cruz e Areão e a reconstrução dos da Praia de Mira.----------

------ Ocorridas três intervenções, foi dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara que começou por fazer um pequeno comentário à intervenção do deputado sr. Narciso Patrão, dizendo que os comentários feitos a uma entrevista sua eram comentários da responsabilidade de quem os proferia e que o sr. Narciso como pessoa bastante mais velha do que ele, com idade para ser seu pai, poderia ter utilizado frases suas e não utilizar as frases proferidas pelo sr. Paulo Frade, distinto deputado da Assembleia Municipal de Vagos. No que se refere ao agradecimento deixado pela srª. deputada Drª. Ana Maria Baião, lembrou que tinha sido endereçado convite a todos os senhores deputados para estarem presentes na workshop e tinha sido pena que nem todos tivessem tido disponibilidade para estarem presentes. No tocante à questão dos esporões a que aludiu o deputado sr. Carlos Milheirão, disse que tinha estado juntamente com o sr. Vice-Presidente da Câmara numa reunião no INAG, onde lhe tinham sido dadas as garantias referidas; que, a Câmara Municipal tem tentado alertar as entidades para o erro em que se podia cair, em termos de prejuízos para a Praia de Mira e as localidades circunvizinhas e que, muito embora as pessoas apenas se preocupem com os problemas que directamente as afectam, as coisas deveriam ser vistas como um todo e não avulso; que, tinha dito em determinada altura que não era técnico para afirmar se os esporões eram ou não a melhor opção para defender a costa; que, tinham feito chegar as preocupações às entidades competentes e o que tinha sido garantido era que os esporões iriam começar a funcionar na mesma

altura; que, o sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira devia recordar-se que, quando estavam para iniciar a montagem do estaleiro ou da ponte para construção do esporão do Poço da Cruz, quase que tinha havido um impedimento dessa construção; que, dava a sensação que estavam a li a fazer ataques e que a posição do sr. Carlos Milheirão não era a posição da Câmara Municipal; que, não duvidava que o sr. Carlos Milheirão apenas queria defender os interesses da Praia de Mira, tal como a Câmara Municipal também pretendia e queria que ficasse ali bem vincado que a pretensão da Câmara era exactamente defender veementemente toda a costa; que, o INAG tinha feito a promessa de que iria fazer o estudo da construção do esporão mais a norte da Praia de Mira e que o que tinha sido dito era que faltava fazer esse estudo, tendo a Câmara dito que poderiam avançar com esse mesmo esporão; que, também podia dizer que tinha sido dito pelo INAG que se a Câmara Municipal conseguisse, através do Governo, que as verbas fossem libertadas, poderia ser feito o reforço desse mesmo esporão, antes do Inverno; que, tudo isso eram situações que não estavam escritas e que a Câmara Municipal tinha que confiar naquilo que as pessoas diziam e que todos sabiam que era a parte económica que estava a impedir que se avançasse com a execução do esporão mais a norte da Praia de Mira; que, o assunto já tinha sido sobejamente discutido e que no fundo a pretensão da Junta de Freguesia da Praia de Mira era a mesma da Câmara Municipal no sentido de defender as populações da Praia de Mira e da Barra, embora as maneiras de agir e de levar por diante as ideias próprias de cada um fossem diferentes, mas todos pretendiam que as obras avançassem. No que respeita à numeração de polícia, informou que estava a ser feito um esforço pela fiscalização municipal, no sentido de complementar o trabalho. No tocante ao arranjo exterior da nova Extensão de Saúde da Praia de Mira, disse que, logo que fosse possível, em termos monetários, o mesmo iria ser efectuado. ----------

------ O sr. deputado Carlos Milheirão interveio, novamente, para dizer que apenas tinha levantado mais uma vez o problema dos esporões, no sentido de que o assunto ficasse registado em acta e também para se assegurar se a garantia dada pelo INAG estava ou não escrita.----------

------ Neste momento, eram cerca de 15:10 h., integrou o plenário o sr. Engº. Tony Ventura que tomou o seu lugar na Mesa, na qualidade de 2º. Secretário, tendo regressado ao seu lugar, na bancada do PS, o sr. deputado Ricardo Diniz.----------

------ Verificou-se, de seguida, a intervenção do sr. deputado Dr. Juan António Apolinário que disse ver com alguma apreensão a chegada a passos largos da próxima época balnear, sem que as obras nas pontes de acesso à Praia de Mira estivessem concluídas; que, os acessos à Praia de Mira não abundavam e que era premente a necessidade de reparação da ponte de madeira danificada pelas cheias, sendo bastante sentida a carência desse acesso, especialmente aos fins-de-semana. ----------

------ O deputado prof. Ramiro Acena solicitou uma explicação àcerca das contas das Festas de S. Tomé de 2002, bem como pediu que fosse dada alguma informação relativamente às referidas festas a levar a efeito no corrente ano. ----------

------ Passada a palavra ao sr. deputado Ricardo Diniz, este começou por dizer que a sua primeira intervenção era em tudo semelhante à intervenção do sr. deputado do PSD, Dr. Juan António Apolinário, no tocante às acessibilidades à Praia de Mira. Disse que a bancada do Partido Socialista também estava preocupada pelo facto das duas pontes principais de acesso àquela localidade se encontrarem em obras e que gostariam que houvesse um vínculo à concretização das obras nas pontes até à abertura da época balnear. Outra preocupação sua disse prender-se com a prática de campismo selvagem que sempre tinha existido e agora ainda mais, dada a subida dos preços do Parque de Campismo Municipal e quis saber se existia alguma maneira da Câmara Municipal zelar pela prevenção e fiscalização, porquanto se tratava de um autêntico atentado ao património ambiental e era algo que deveria ser evitado a todo o custo, porque era situação gravíssima na Praia de Mira que, além do mais, fomentava o chamado turismo de garrafão, o qual não interessava, de todo, devendo antes zelar-se por um turismo de qualidade.----------

------ Respondendo às intervenções anteriores, interveio o sr. Presidente da Câmara que, sobre o problema das acessibilidades à Praia de Mira, disse que não tinha que dar qualquer desculpa e o que todos queriam era que as mesmas estivessem já concluídas; que, sobre a derrocada da ponte de madeira, tinha sido uma situação imprevisível, motivada pelas fortes cheias, tendo a Câmara Municipal tentado que as entidades

competentes pudessem fazer a sua reconstrução; que, quando tinha estado em reunião no Ministério do Ambiente, designadamente com o Dr. Isaltino Morais, lhe tinha questionado o que se passava em termos de relatório das intempéries e do apoio que deveria ser dado para as reconstruções necessárias e o que lhe tinha sido dito pelo Dr. Isaltino tinha sido que o Ministério do Ambiente tinha solicitado à Drª. Manuela Ferreira Leite uma verba no montante de dez milhões e meio de contos para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie em todo o País e tinha recebido uma resposta negativa; que, a mesma situação poderia ser verificada no pontão que tinha sido destruído pelo mau tempo, no concelho de Cantanhede, próximo do cruzamento de acesso à localidade das Febres, cuja reparação estava também por fazer, ainda nesta altura; que, no dia seguinte à referida reunião no Ministério do Ambiente, juntamente com o sr. Vereador Prof. Luis Balseiro e com o Chefe da DOM, se tinha deslocado à Praia de Mira, no sentido de procurar avançar com as obras, porque os apoios não eram garantidos; que, para esse efeito, contava com a ajuda da DRABL, no que respeita às madeiras necessárias para a obra e com a mão-de-obra da Câmara, tinha já sido dado início às obras; que, bem entendia que os acessos estavam dificultados ainda mais porque a principal ponte estava também em obras. Sobre estas, informou que a obra tinha sido adjudicada à firma "Tecnovia" que, posteriormente e sem autorização da Câmara Municipal, tinha havido uma subempreitada à empresa "PUGA"; que, no dia seguinte iria ter uma reunião com o principal gestor, o Engº. Hermínio Martinho para tentar debelar a situação, tanto mais que, na sua opinião a "PUGA" era uma empresa que nem sequer tinha condições para executar a obra; que, a Câmara Municipal era alheia ao problema e tudo tem tentado para ultrapassar a questão; que, seria fácil ultrapassar o problema, bastando para tanto que a Câmara Municipal aceitasse as condições impostas pela empresa que estava a pressionar a Câmara Municipal para aceitar trabalhos a mais na obra e isso ele não aceitava e aqui residia o grande problema; que, todos deveriam compreender que a Câmara Municipal tinha todo o interesse em que as obras avançassem rapidamente; que, até politicamente era melhor que as obras se fizessem rapidamente do que estivessem por fazer, mas não poderiam ser aceites todas as condições impostas. No tocante à prática de campismo selvagem, disse que o que a Câmara Municipal poderia fazer era alertar e fazer todos os possíveis para que o mesmo deixasse de existir, no entanto, não era questão fácil e lembrou

até um ano em que se tinha realizado um festival de rock na Praia de Mira e as tendas tinham sido instaladas nas proximidades do Posto da GNR, pelo que não era questão fácil de resolver, assim como não era fácil acabar com as caravanas estacionadas na avenida marginal da Praia, mas tudo iria ser feito para que a GNR fosse mais actuante e fiscalizasse mais já no decorrer do próximo Verão. Sobre as contas relativas às Festas de S. Tomé, informou que logo que as mesmas estivessem definidas, seriam apresentadas à Assembleia Municipal e que gostaria que as pessoas fizessem os comentários que entendessem sem se rirem, muito embora não ficasse com isso chateado; que, as contas ainda não tinham sido fechadas porque estavam sempre a aparecer facturas, como era o caso de uma factura emitida pela Junta de Freguesia da Tocha referente a um trabalho de montagem de um palco, sendo essa uma despesa de que não se estava à espera e, por situações neste género, as contas não tinham ainda sido encerradas, mas que nada havia a esconder. ----------

------ O deputado sr. Prof. Ramiro Acena, agradeceu o esclarecimento dado pelo sr. Presidente da Câmara, porquanto não era mais do que isso que ele pretendia ao levantar a questão. Disse que, em anos anteriores, sempre tinha sido pedida a apresentação das contas das festas e agora se poderia verificar as dificuldades que existiam para fazer essa mesma apresentação, portanto, deveria também pensar-se no passado, no tempo em que as contas não eram apresentadas, a tempo e horas, porque também já existiam dificuldades, as mesmas a que agora se estava a assistir. ----------

------ Interveio o sr. deputado Dr. Juan António para agradecer a explicação dada pelo sr. Presidente da Câmara, relativamente às obras na ponte. Disse que era prática corrente, anteriormente, existirem trabalhos a mais nas empreitadas e que, no passado, por várias vezes tinha chamado a atenção para isso. Por outro lado, questionou se não seria possível incluir no contrato da empreitada uma cláusula em que a Câmara Municipal tivesse que aferir da capacidade técnica das empresas que tomavam as obras em regime de subempreitada. ----------

------ O sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer que, em termos processuais, seria possível acautelar a situação exposta pelo sr. deputado Dr. Juan António e que, no dia seguinte, iria haver a tal

reunião para debelar o problema, porque a Câmara Municipal não estava na disposição de ceder à pressão da empresa para serem aceites trabalhos a mais na empreitada.----------

------ O deputado sr. Dr. José Balugas usou da palavra para lembrar ao sr. Presidente da Câmara que a analogia por ele feita relativamente à falta de reconstrução do pontão na EN334 não podia servir de comparação porquanto, enquanto aquela era uma obra do Estado, a obra de alargamento da ponte do Cabo do Mar era da responsabilidade da Autarquia e que a mesma tinha sido assumida na pior altura, precisamente em que a outra ponte de madeira tinha sido deitada abaixo pelas cheias. Relativamente às contas das festas de S. Tomé, disse que era pretensioso dizer-se que havia dificuldades, mais ainda porque há dois meses atrás tinha ali pedido a sua apresentação e, volvido aquele tempo, não compreendia como é que ainda não estavam prontas para serem tornadas públicas; que, por outro lado, queria lembrar que o sr. Vereador Prof. Luis Carlos Balseiro, era o principal crítico relativamente a isso e deixava a questão, se havia má vontade na apresentação das contas ou as mesmas não eram apresentadas por dificuldades várias. Mais disse que uma oposição atenta, crítica e fiscalizadora dos actos da Câmara, ajudava a fazer uma Câmara mais forte e que, quem não compreendesse isso não estaria, certamente, no bom caminho e continuaria a olhar para o próprio umbigo e a não fazer a auto-crítica e aceitar as críticas que lhe eram feitas; que, as críticas quer eram feitas eram sempre vistas como um ataque à Câmara e não críticas construtivas, na defesa das populações. Por último, perguntou se a Câmara Municipal tinha autorização para fazer o alargamento que estava a ser feito do Parque de Campismo Municipal e também, relativamente às contas das festas de S. Tomé, quando é que iriam ser ultrapassadas as dificuldades existentes para que as mesmas fossem tornadas públicas.----------

------ Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo, que leu o seguinte texto:" *Sr. Presidente e senhores deputado(a)s; Sr. Presidente Dr. Mário Maduro: Publicadas no DC de 16 de Abril último e respigadas dum extenso documento (segundo opinião do próprio jornal) entregue na própria Redacção em mãos pelo seu actual vereador no executivo camarário Dr. João Reigota, surgiram ao conhecimento de todos uma série de acusações à sua pessoa como actual responsável pelos destinos do nosso concelho. A bancada do PSD não pode ficar indiferente ao facto e, por isso mesmo, repudia a*

*indignidade de tais acusações e afirma-lhe, sr. Presidente Dr. Mário Maduro, que elas apenas espelham um parecer de quem em si não votou. Siga o rumo que traçou e responda ao que nós poderemos chamar de despeito pelo poder perdido, elevando o nosso concelho ao lugar de destaque que merece. Sabemos, eu, em parte, "in loco", conheço e o próprio vereador a reconhece, a posição crítica que manifestou nos executivos de que anteriormente fez parte, relativamente não só à oportunidade e fim imediato de algumas obras, mas também aos custos que as mesmas acarretavam e acarretariam no futuro, para o município. Era na altura também sua convicção, que a CM a enveredar pelo caminho que seguia, andaria seguramente a gastar acima das suas reais possibilidades financeiras. Ignorando o seu alerta e com ar de desleixo pelo que acusava, a anterior maioria no executivo, avançaram para elas no sentido de as poder vir a mostrar. Estavam na plena convicção do que afirmava não fazia sentido e cientes de que a verdade não era essa! Confirmadas e mais que reconfirmadas, nos tempos de hoje, o que, na altura, eram essas suspeitas, é com algum espanto e confrangimento que verificamos que o vereador Dr. João Reigota continua convicto de que percorreu o melhor caminho para alcançar o grande objectivo de todos os Mirenses – crescer! A verdade de ontem (!), hoje (!), mantêm-na e a prova real dos factos comprovam que foi e continua a ser totalmente falsa! Sr. Presidente Dr. Mário Maduro: Hoje sabe que as suas/nossas dúvidas se confirmam! Hoje sabe que grande parte das obras com que o partido socialista se vangloria, apenas as pode mostrar! Hoje conhece os custos que para com o município ficaram! Hoje consegue perceber que esses custos, excedem a obra e tem de os pagar! Hoje consegue conhecer algum do caminho que tomaram os sistemáticos trabalhos a mais aplicados em praticamente todas as obras! Hoje confirma-se que a relação custo/valor que representam para o município, são em alguns casos, bastante penalizantes. E para concluir: hoje conhece facturas de obra que não pode, LEGALMENTE, pagar! Sr. Presidente Dr. Mário Maduro Dê-lhe o destino que elas merecem!"----------

------ Prosseguiram o trabalhos com a intervenção do deputado sr. Pedro Nunes que apresentou três questões: a primeira relativamente à estrada do canal, na Praia de Mira, a carecer de intervenção da Protecção Civil que, pelo menos deveria demarcar com visibilidade um grande buraco ali existente, o qual representava um perigo iminente para quem por ali tinha necessidade de circular, desde os residentes até

aos veraneantes, dada a aproximação do Verão. A segunda, disse prender-se com um problema antigo, por si já abordado em inúmeras sessões, que era o problema da estrada da Barra, concretamente no cruzamento do Areão onde, recentemente, se tinha assistido a 4 acidentes no pequeno espaço de uma hora. Disse que a situação tem sido agravada pela frequente passagem de camiões carregados de pedra para as obras do esporão, e que a referida estrada, segundo informações da GNR, era a estrada municipal com maior índice de sinistralidade no Distrito de Coimbra e teria que haver ali alguma intervenção, a qual poderia passar, por exemplo, pela aplicação de lombas para obrigar os condutores, pelo menos, a reduziram a velocidade. Por último, a terceira questão a que se reportou, dizia respeito à execução dos esporões. Disse que vivia há 33 anos na localidade da Barra e nunca tinha visto o mar avançar de uma forma tão galopante como desde Dezembro último até agora; que, o mar tinha destruído o bar ali existente, em 27 de Dezembro e mais recentemente o barraco de apoio dos haveres necessários à defesa da praia; que, quando se falava na Praia de Mira, era bom que não fosse esquecido que aquela englobava várias populações como a Barra, o Areão, o Poço da Cruz e não só a Vila e que tinha lido num jornal alguns textos que não abonavam nada a favor de quem os escrevia e até mesmo de quem os publicava; que, o tom jocoso com que a questão tinha sido abordada, nomeadamente a construção do esporão do Poço da Cruz, a forma como uma das pessoas que escreveu e que estava identificado, não ajudava nada à unidade entre as pessoas que viviam naquela freguesia e não deviam ser exaltados os ânimos das pessoas; que, a natureza tinha vindo a dar razão aos técnicos que, liderados pelo Prof. Mota Oliveira, diziam, em documento do INAG: *"Relativamente à priorização das intervenções, caberá realçar que foram considerados de prioridade I os projectos relativos à construção do esporão norte entre a Praia da Vagueira e Praia de Mira (Esporão da Praia do Areão) e ao esporão sul entre a Praia da Vagueira e Praia de Mira (Esporão da Praia do Poço da Cruz). A reconstrução dos esporões da Praia de Mira foi considerada com prioridade II."* Salientou que o sr. Presidente estava a agir muito bem, atento ao INAG, para bem da defesa da costa e que ao ser feita na imprensa a publicação de textos menos próprios não era do seu agrado, designadamente por se referirem à freguesia onde vivia, quando a prioridade tinha sido estabelecida pelos técnicos, no conhecimento que possuem da matéria e o seu entendimento tinha sido

seguido. A terminar, disse ao sr. Presidente da Câmara que se mantivesse atento ao INAG e tudo fizesse pela defesa da costa, do mesmo passo que apelou a todos que se deixassem de querelas e unissem as mãos para bem do concelho. ----------

------ Pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi o plenário alertado de que tinha já sido ultrapassado o período de tempo destinado ao "período de antes da ordem do dia". Ainda assim, deu a palavra aos elementos inscritos para que pudessem fazer a sua intervenção. ----------

------ Interveio o sr. deputado Engº. Carlos Monteiro para contestar o que fora dito pelo sr. deputado Pedro Nunes, tendo para isso recorrido às conclusões sobre a workshop "Desafios no Litoral" que continham declarações procedentes do INAG em que estava afirmado que os esporões deviam ser começados a construir de sul para norte, estando este princípio baseado em dados técnicos e científicos como era do conhecimento de todos; que, o problema de ser construído um esporão no Areão era sobremaneira grave e no tocante à Barra, essa gravidade iria ser sentida na Praia de Mira; que, pessoalmente, era contra os esporões, por entender que existiam outros métodos mais eficazes, pese embora fossem mais dispendiosos; que, já que se tinha optado por aquela solução, pelo menos que se fizessem as coisas como devia ser. ----------

------ O deputado sr. Narciso Patrão, solicitou autorização para falar, tendo dito que tinha sido admoestado pelo sr. Presidente da Câmara por ter utilizado palavras de um escrito no jornal e não as suas próprias para se referir a ele; que, pelo contrário, achava que utilizando palavras que estavam escritas e não as suas próprias, não tinham que se ser atribuídas culpas pelo que estava escrito; que, o sr. Presidente da Câmara bem sabia que, pessoalmente, nada tinha contra ele, antes pelo contrário lhe tinha uma certa consideração mas estava ali a falar pela Câmara e o que tinha ali dito e lido era dirigido à Câmara e não individualmente ao sr. Presidente; que, quando se dizia uma coisa, devia dizer-se tudo e quando se falava nas dívidas não se falava nos benefícios que as mesmas já estavam a proporcionar, porquanto estava a facturar-se por dívidas que tinham sido feitas, como era o caso das águas, dos esgotos, etc. ----------

------ Reportando-se à intervenção do deputado sr. Pedro Nunes, o sr. deputado Dr. José Balugas disse que deveria ter sido mencionado o nome da pessoa que escreveu o artigo a que o mesmo se referiu, uma

vez que estava devidamente identificada; que, ele próprio, tinha publicado um artigo sobre os esporões e sentia-se visado, embora pudesse não ser o mesmo artigo, até porque não costumava ser jocoso a escrever; que, por outro lado, no seu ponto de vista, os técnicos tinham feito as piores asneiras que se podiam ver ao longo da costa e já era tempo de não confiar mais neles, pelo contrário, eles teriam permissão para fazer o que entendessem se as pessoas lhe dessem o seu acordo e não mais eles fazerem as obras de acordo com as suas ideias e as pessoas, simplesmente, consentirem. ----------

------ Novamente, registou-se uma intervenção do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, deputado sr. Carlos Milheirão que disse que, no que respeita ao atraso nas obras da ponte do Cabo do Mar, as mesmas tinham atrasado por um motivo diferente daquele que tinha sido invocado pelo sr. Presidente da Câmara, porquanto chegou a ver o projecto inicial em que os aumentos da ponte de ambos os lados eram de 30 cm abaixo do tabuleiro e, tendo havido contestação, o referido projecto tinha sido alterado. Como tal, não eram apenas as razões invocadas pelo sr. Presidente da Câmara que tinham estado na origem do atraso das referidas obras, havendo qualquer coisa mais que deveria ser esclarecida.----------

------ Retorquindo às intervenções dos senhores deputados Dr. José Balugas e Engº. Carlos Monteiro, o deputado sr. Pedro Nunes disse que ninguém naquela Assembleia poderia pôr em causa a capacidade do Instituto Superior Técnico ou um catedrático como o professor Veloso Gomes; que, se os técnicos tinham entendido, após estudos efectuados, que deveria ser feita a obra naquele local, era neles que se devia acreditar; que, ninguém se sujeitava a um curandeiro para fazer uma operação, havendo um cirurgião especialista para a fazer; que, não punha em causa nem se pronunciava sobre os técnicos porque não era técnico, apenas tinha conhecimento por aquilo que tinha ouvido e lido; que, também tinha estado na workshop e tinha lido as conclusões e tinha ouvido opiniões diferentes, mas não discutia nenhuma porque não estava para isso habilitado e apenas se reportava ao que tinha sido dito por técnicos credenciados e nada mais. No que respeita ao artigo publicado que referia que, no Poço da Cruz, o mar apenas tinha levado um barraco que lá tinha sido plantado de noite, disse que o seu autor era o sr. António Gago e entendia que tais termos não deveriam ser postos nos jornais; que, não tinha gostado do tom com que o

referido senhor se tinha exprimido e achava que não era daquela forma que se promovia um concelho e se resolviam os problemas.----------

------ Volvida a palavra sr. Presidente da Câmara, este disse que, sem menosprezo para alguns dos presentes, pensava que naquela sessão e até àquele momento, se tinha dado uma má imagem da política e dos políticos do País, sobretudo para o público presente na sessão. Respondendo directamente ao sr. deputado Dr. José Balugas, disse que quando este dizia que a obra da ponte da Praia era a primeira obra do regime, ele podia ser socialista mas não era mais socialista do que ele próprio porque o demonstrava diariamente em tudo o que fazia na sua vida; que, não era ele que lhe dava lições de moral, nem de socialismo e que também gostaria de dizer algo, no que toca às obras do anterior executivo, das quais tinha uma pequenas listagem, inscritas no Plano de Actividades de 2001. Enumerou, depois, diversas empreitadas do executivo anterior, para as quais não tinham sido despendidas quaisquer verbas e que o actual executivo teve que pagar avultadas somas e disse que o sr. deputado Dr. Balugas tinha acesso a esses mesmos dados e não podia andar a dizer publicamente o que não era verdade e não podia dizer que o Presidente da Câmara quando se referia a certos aspectos ou escrevia, estava a mentir; que, não permitia a ninguém que lhe chamassem mentiroso e que, a partir daquele momento, o seu comportamento iria ser ligeiramente diferente porque a ideia do "bonzinho" e os nomes que durante quatro anos lhe andaram a chamar, bastavam; que, não andava a fazer perseguição a ninguém mas se a quisesse fazer também teria razões para isso. Relativamente ao alargamento do Parque de Campismo, disse que o sr. deputado Dr. José Balugas tinha uma informação errada; que, o sr. deputado bem sabia que ao lado do parque de campismo apenas existia um imenso silveiral onde proliferava toda a espécie de bicharada e a Câmara Municipal tinha procedido à limpeza dessa área com a devida autorização, embora ela não tivesse sido dada por escrito mas, para si, a palavra do homem valia muito mais do que uma escritura; que, no próximo dia cinco entrariam em funções 9 ou 11 trabalhadores para procederem à limpeza na Praia de Mira, em conjunto com os Serviços Florestais, porque o que a Câmara pretendida era que se trabalhasse em conjunto e nunca o contrário. Em termos de construção de esporões, disse que gostava de dizer ao sr. deputado Pedro Nunes que só lhes faltava serem considerados os culpados do avanço do mar, mas que

não era S. Pedro, era Doutor e com muita honra, orgulhando-se do trabalho que tem desempenhado e continuará a desempenhar enquanto tiver vida e saúde. Disse, ainda, que comungava da mesma ideia do sr. Narciso Patrão, e considerava-o bastante como socialista que sempre tinha sido e sempre tinha defendido os seus ideais e também muito o considerava quer em termos de bancada, quer em termos pessoais e que, quando dizia que a Câmara estava a facturar relativamente às águas e aos esgotos, pretendia dizer-lhe que mais não tinham feito do que cumprir a lei, coisa que outras não tinham feito e tinham utilizado politicamente esses mesmos pagamentos. Quanto à situação técnica da obra da ponte, disse ao sr. deputado Carlos Milheirão que quem lhe tinha dado a resposta era, certamente, o mesmo que estava a fazer com que as obras estivessem atrasadas, porque o projecto não tinha sido modificado, mas apenas umas juntas de dilatação que tiveram que ser alteradas; que, aquilo que o sr. deputado se queria referir, devia ser ao levantar do tabuleiro existente, mas isso não precisava de estar contemplado no projecto e a Câmara Municipal tinha condições para fazer esse levantamento; que, não existia nada escondido e terminou endereçando um convite ao sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira para estar presente na reunião que iria ser realizada com o Engº. Hermínio Martinho, para se inteirar do que, na verdade, se passava, para não levantar insinuações de que a Câmara Municipal era culpada. Por fim, disse que teria dado resposta a todas as intervenções e reconheceu que talvez o tom de voz por si utilizado não fosse o habitual mas a verdade é que começava a ficar farto de ouvir algumas inverdades e ninguém o podia acusar de ser mentiroso.----------

------ O deputado sr. Carlos Milheirão disse que aquilo que tinha afirmado não tinha sido inventado por si; que, tinha estado a falar com o encarregado da obra da ponte e ele tinha-lhe garantido que o projecto inicial estava exactamente daquela maneira, com os dois acrescentos 30 cm inferiores ao tabuleiro da ponte, apenas tinha repetido aquilo que o encarregado lhe tinha dito, mediante o desenho que tinha à sua frente. ----------

------ O deputado sr. Carlos Monteiro disse que, quando o sr. Presidente tinha falado sobre os esporões, respondendo ao sr. Pedro Nunes, desde o princípio que lhe dava o seu acordo, a forma como tem procurado defender a costa, mas não estava à espera do comentário que tinha feito porque o sr. Presidente

tinha ali defendido que os esporões tinham que ser construídos ao mesmo tempo e o sr. Pedro Nunes não estava a dizer isso e também que o sr. Presidente tinha dito que os técnicos do INAG lhe tinham aconselhado a pressionar o Governo por existir um problema financeiro.----------

------ O sr. deputado Dr. José Balugas usou da palavra para dizer que a intervenção do sr. Presidente da Câmara só vinha confirmar aquilo que tinha dito aquando da sua primeira intervenção, no sentido de que, quando se fazia uma crítica à Câmara Municipal, quando se questionava ou fiscalizava, estavam a desempenhar o seu papel de deputados e não a fazer ataques; que, todos queriam o bem do concelho e que o sr. Presidente era tão Mirense quanto ele próprio. Relativamente ao tom utilizado pelo sr. Presidente, ele apenas tinha servido para dar razão àquilo que estava a criticar, isto é, no fim de contas, a má imagem tinha sido dada pelo sr. Presidente ao responder no tom em que respondeu. Por outro lado, disse, a sua intervenção não tinha sido em nada diferente daquilo que era habitualmente ali e não percebia porque é que o sr. Presidente se tinha exaltado, perguntando se era por estarem presentes pessoas da Praia de Mira. Para terminar, disse que o sr. Presidente tinha que lhe dizer ali e naquele momento, onde é que ele tinha mentido. ----------

------ Passada a palavra ao sr. Presidente da Câmara, este disse que quem marcava o seu tom de falar era ele próprio. Reportou-se, de seguida, a um escrito num jornal em que era referido que "*... e nunca é de mais lembrar que vai realizar obras graças aos milhares de euros a realizar nos terrenos do golfe, no polo industrial e nos terrenos da Videira Norte...*" e disse que, de facto, tem procurado por todo o lado e não conseguiu ainda encontrar esses tais milhares de euros, apenas tem conseguido encontrar dificuldades para ultrapassar as situações como a habitação social, a zona industrial e também do campo de golfe; que, não conseguia entender o porquê do jogo de palavras utilizado e o tom utilizado nada tinha a ver com as pessoas presentes, até porque todos o conheciam bem. ----------

------ Verificou-se, depois, a intervenção do sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, sr. Mário Manata que começou por agradecer a cedência de materiais solicitados para o arranjo e aumento do parque das Varandas de S. Bento, em Corticeiro de Baixo, tendo a mão-de-obra sido fornecida pelos jovens daquele lugar. Disse que além de querer registar o seu agradecimento, esperava que a Câmara

Municipal continuasse a ceder materiais, porque a freguesia de Carapelhos era a mais pequena do concelho de Mira e também a que tinha mais parcas receitas; que, as pessoas residentes na sua freguesia o têm abordado no sentido de que se encontram disponíveis para executar o calcetamento dos passeios se lhe for cedido o material. A propósito de passeios, lembrou que os passeios na Rua Principal, do lado nascente, se encontravam danificados devido ao arranque de postes eléctricos e outros motivos e seria necessário repôr a situação e também a necessidade de arranjo dos passeios e largo contíguo à capela da mesma localidade, bem como as respectivas estradas que se encontram degradadas. ----------

------ Passada a palavra ao 2º. Secretário da Mesa, Engº. Tony Ventura, este fez uma solicitação à Câmara Municipal no sentido de ser colocado um sinal de trânsito proibido junto ao prédio das "Confecções Páscoa", o qual era utilizado como passagem para uma rua sem saída existente nas suas traseiras, com todos os inconvenientes daí decorrentes para os moradores no citado prédio. ----------

------ O deputado sr. Fernando Alves fez um pedido no sentido de que fosse tomado mais algum cuidado com o ambiente, porquanto recentemente tinha havido reparações na linha de alta tensão da EDP e tinham sido deixados restos de postes num local onde outrora existiam avisos relativamente à aplicação de coimas por deposição indevida de lixos e agora nada estava a ser feito e a empresa já tinha ido embora. Solicitou também que fosse reposta a iluminação pública nos Leitões, na estrada Mira-Cantanhede, onde a mesma existia desde o início do concelho até à estação de abastecimento de combustíveis "Avia" e com a reparação da via os postes de iluminação tinham sido retirados e não tinham sido repostos num espaço de cerca de 500 metros, entre a casa do sr. Carlos Dias e uma estrada de acesso ao Arneiro e estava a fazer muita falta. Por último, lembrou que alguns espaços públicos do concelho, designadamente jardins, encontravam-se muito desprezados e, na sua opinião o património do passado deveria reflectir o fim para que tinha sido criado e também o zelo das populações e também a Rua da Fonte, nos Leitões, com cerca de 300 metros, onde crescia relva e onde o passado invernoso tinha acabado por criar alguns maus acessos e que nada ainda tinha sido feito e seria bom que, no caso de não ser possível a sua reparação com alcatrão que fosse, pelo menos, colocado algum tout-venant. ----------

------ O sr. Presidente da Câmara disse que tinha tomado nota de todas as situações apontadas e que, na medida do possível, a Câmara Municipal iria tentar dar resposta às solicitações.----------

------ Chegadas as 16:30 horas, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi determinado um intervalo.

------ Cerca das 17:00 horas, reiniciaram-se os trabalhos, sem a presença dos senhores deputados Ricardo Diniz e Engº. Carlos Monteiro.----------

------ Pelo sr. Presidente da Mesa foi solicitado que as bancadas se pronunciassem relativamente à ideia exposta no início dos trabalhos para realização de algumas sessões fora do edifício da Câmara Municipal. Pelo sr. deputado Dr. José Balugas, foi dito que a sua bancada concordava plenamente com a ideia e que gostariam de ver alguns pontos ressalvados, como era o facto de não se tornar numa excepção a realização de sessões no edifício da Câmara Municipal e numa regra a sua realização nas diversas localidades do concelho e propôs que a primeira se realizasse na Praia de Mira, tendo sobretudo em conta a aproximação do Verão e dos problemas a ele associados, o que mereceu a concordância do sr. Dr. Gabriel da Frada. ----------

------ Pela bancada do PSD, na pessoa do sr. deputado Dr. Juan António foi referido que também estavam de acordo com a ideia e sugeriu que fosse dada preferência à realização das sessões ordinárias fora do edifício da Câmara Municipal, para possibilitar a participação do público, designadamente, dos residentes nas localidades onde os trabalhos irão decorrer que, certamente, iriam criar um maior impacto à sessão, com as suas intervenções. ----------

------ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

------ **PONTO UM: "Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia".** ----------

------ O sr. Presidente da Câmara reportou-se ao resumo Diário de Tesouraria, do dia 24 de Abril corrente, o qual acusa um saldo orçamental de 1.296.844,48 € (um milhão, duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos) e expôs ainda um relatório das receitas e despesas, do seguinte teor: " *O Balancete apresenta um saldo de 1.296.844,48 €, sendo 997.600.00 proveniente de empréstimo destinado aos terrenos da Variante Mira 2ª. fase e 299.244,48 € receita da*

Câmara. Em relação à receita de 2003, até 23 de Abril, entraram 2.116.482,39 €; no que concerne à despesa até 31 de Março de 2003, foram pagos 1.589.110,84 € A dívida a curto prazo ascende a: Plano de Actividades de 2001 e Expropriações variante Mira 1ª. fase – 718.455,83 €; Expropriação 334 (Ulisses Mesquita) – 75.000.00 €; facturas entregues na Contabilidade respeitantes ao ano em curso – cerca de 300.000.00 €". ----------

------ A deputada Profª. Maria Elzita solicitou que os documentos referentes à análise da situação financeira da Autarquia fossem remetidos a todos os deputados com a antecedência necessária para que melhor pudessem fazer a sua análise, uma vez que nas condições presentes se tornava impossível ler, quanto mais apreciar ou discutir.----------

------ **PONTO DOIS: Parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses subordinado ao assunto "Eleitos locais – incompatibilidades":**----------

------ Pelo sr. Presidente da Câmara foi dado conhecimento do parecer emitido pelos Serviços Jurídicos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente a incompatibilidades dos eleitos locais, o qual tinha sido emitido na sequência de questão por ele próprio colocada e que se prende com remunerações de eleitos em regime de permanência sem exclusividade. Disse que não era obrigatório dele dar conhecimento quer ao Executivo Municipal, quer à Assembleia mas tinha-o feito por achar que era eticamente incorrecto não transmitir tal informação aos órgãos da autarquia. ----------

------ No decorrer deste ponto, integrou o plenário do sr. deputado Dr. Luis Manuel Neves Rocha. ---------

------ O sr. deputado Dr. José Balugas disse que se sentiam contentes por saber que o sr. Presidente estava a trabalhar de forma correcta e não existia nenhuma dificuldade de ordem jurídica. Pelo sr. Presidente da Assembleia foi salientado o cuidado tido no respeito pela legislação e lembrou que o sr. Presidente da Câmara tinha ficado prejudicado em mais de um ano de salários. ----------

------ **PONTO TRÊS: Conselho municipal de educação e sua constituição:**----------

------ Este ponto da ordem de trabalhos foi apresentado pelo sr. Vereador responsável pelo pelouro da Educação, Prof. Luis Carlos Balseiro que informou que tinha sido criado pelo Ministério da Educação o novo "Conselho Municipal da Educação" que substituía o anterior Conselho Local da Educação, o qual

se encontrava consagrado no D.L. nº. 7/2003, de 15 de Janeiro. Informou que tinha sido pedido a cada instituição do concelho a indicação de um dos seus membros para representação no referido conselho. Indicou, depois, todos os membros que compõem a referida instância de coordenação e consulta, a começar pelos representantes da Câmara Municipal e da Assembleia que eram membros por inerência e os restantes representantes das instituições locais que tinham por elas sido indicados, cabendo agora à Assembleia Municipal homologar a listagem de pessoas indicadas para formação do Conselho, tendo este a faculdade de chamar para fazer parte da sua constituição alguma outra personalidade concelhia que não esteja de início indicada mas que o mesmo julgue que tenha interesse em fazer parte. ----------

------ A srª. deputada Profª. Maria Elzita questionou quais eram as funções do referido Conselho, tendo o sr. Vereador Prof. Luis Balseiro informado que as mesmas se encontravam plasmadas no artº. 4º. Do referido D.L. nº. 7/2003, de 15 de Janeiro último, ao mesmo tempo que fez uma sucinta referência às mesmas. ----------

------ O deputado sr. prof. Luis Lourenço expressou um voto de desejo de bom trabalho ao novo Conselho, de forma a que as tomadas de posição que possa vir a ter ao longo do seu mandato sejam profícuas no que toca à educação no concelho de Mira. Por outro lado, manifestou o seu desagrado face à lei e à situação concreta em apreço, porquanto em relação a todos os elementos que poderão integrar o Conselho, verificava que, estando ele constituído, os docentes não estavam representados paritariamente com os restantes elementos o que, de todo, pessoalmente e talvez até em relação aos próprios docentes do concelho de Mira, era desagradável porque não existiam representantes do ensino superior público e privado e também do ensino corporativo. A propósito das competências do Conselho, frisou que esperava que a avaliação do desempenho do pessoal docente e não docente fosse feita por critérios rigorosos e sempre com a devida isenção. ----------

------ Por fim, foi **por unanimidade** homologada a constituição do Conselho Municipal de Educação. ----

------**PONTO QUATRO: "Rectificação da deliberação da A.M. de 28.02.2002 referente à constituição da Comissão de Análise de Candidaturas da Videira Norte".** ----------

------Previamente inscrito para falar, interveio o sr. deputado Dr. José Balugas que esclareceu que tinha retirado a sua participação na comissão em apreço, por ser, ele próprio, um candidato à habitação social da Videira Norte. Disse que, desde o início e logo na primeira reunião da Comissão, foi sempre sua intenção nada impedir, antes pelo contrário, permitir que as coisas funcionassem mas, se a sua retirada da Comissão iria permitir que o processo se desenrolasse mais rapidamente, tanto melhor, era o que todos pretendiam. Pediu desculpas por ter aceite integrar a Comissão e disse que achava que nada do que tinha acontecido iria entravar o normal andamento do processo em questão.----------

------ O deputado sr. Fernando Alves, interveio para dizer que não tinha percebido o que se pretendia com o ponto em análise. Disse, ainda, que já não era a 1ª. vez que a Assembleia Municipal rectificava posições anteriormente assumidas em outras sessões e que gostaria que, no futuro, houvesse mais algum cuidado porque ficou sem saber o que se passava e gostava de ser esclarecido. ----------

------ O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, usou da palavra para dizer que a sua intervenção ia no mesmo sentido da intervenção do seu colega de bancada, Dr. José Balugas, acrescida de um pequeno esclarecimento para quem estivesse menos informado sobre o que se tinha passado. Disse que se tinha verificado a existência de uma incompatibilidade entre o facto do sr. deputado Dr. Balugas ter sido designado para fazer parte da comissão de análise de candidaturas e ser, ele próprio, também candidato ao respectivos lotes; que, na primeira e única reunião já realizada, todos os elementos, unanimemente, tinham manifestado vontade dele continuar a exercer as suas funções e tinha sido ele a tomar a decisão de sair da comissão. Para terminar, aproveitou para perguntar ao sr. Presidente da Câmara se existia algum adiantamento mais ao processo ou se tudo se mantinha ainda na mesma. ----------

------ O sr. Vereador Nelson Maltez interveio para dizer que, sobre a Videira Norte, finalmente tinha sido feito o auto de marca dos terrenos mas que o pior vinha a seguir porque "a casa começou pelo telhado" e agora tudo era muito complicado; que existia um contencioso entre a Câmara Municipal e a Assembleia de Compartes pela posse da mancha florestal da freguesia da Praia de Mira, em que o sr. Presidente da Junta de Freguesia era testemunha e também arguido, na qualidade de Presidente da Junta e as indicações

que existiam, embora fossem verbais, iam no sentido de que seria muito complicado fazer-se o registo dos terrenos, sem que a Câmara os tivesse na sua posse legal. ----------

------ O deputado sr. Pedro Nunes acrescentou que a Comissão de Análise tinha sido indicada pela Assembleia Municipal e que, sendo a mesma composta por 9 elementos, não faria qualquer diferença à análise dos processos que o referido elemento fosse também candidato. Todavia, enalteceu a atitude do sr. deputado Dr. Balugas, evitando, assim, ser apelidado de "juíz em causa própria". ----------

------ Seguiu-se a intervenção do sr. Dr. Luis Rocha que começou por apresentar as suas desculpas por ter chegado atrasado à sessão, tendo dito que a razão se prendia com a resolução de assuntos profissionais inadiáveis. Depois e na mesma linha do seu colega de bancada, sr. Pedro Nunes, reforçou e apontou como exemplo a atitude tomada pelo sr. deputado Dr. Balugas, por ter apresentado a sua demissão da Comissão de Análise das Candidaturas da Videira Norte. Disse, ainda, que se não o tivesse feito poderia ser apelidado de se ter servido de alguma informação privilegiada, a que os restantes concorrentes não tinham acesso e pena era que não tivesse sido visto mais cedo, por todos, uma vez que deveria ter sido detectado logo no momento da sua designação.----------

------ O sr. deputado Dr. Juan António usou da palavra para dizer que, apesar de inscrito para falar, a sua intervenção tinha perdido oportunidade mas que se revia nas antecedentes intervenções dos seus colegas de bancada. ----------

------ O sr. deputado Dr. Balugas agradeceu a solidariedade demonstrada para consigo e lembrou que não se tinha perdido tempo, que se tinha tratado o que havia para tratar, independentemente do seu pedido de demissão e, no futuro, certamente que iria continuar a tratar-se daquilo que houvesse para tratar. ----------

------ Verificou-se, depois, a intervenção do sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo que começou por dizer que não ficava bem consigo próprio se não dissesse ao sr. deputado Dr. Balugas o que tinha para dizer, independentemente das intervenções anteriores, porquanto não podia ficar insensível àquilo que por ele tinha sido escrito e achava que tinha procedido mal por nunca ter dito que era candidato à habitação social; que, o sr. deputado tinha dito na sessão anterior que estava contente que o sr. deputado Pedro Nunes se tivesse manifestado pela resolução rápida do processo, não tendo informado que era candidato;

que, tinha defendido a "carta aberta" e perguntava se era ou não da sua autoria; que, dizia, também, que não tinha responsabilidade no assunto e quase todos os dias era abordado por pessoas que lhe perguntavam qual era a razão de tanta demora e também aí não tinha referido que era candidato; que, dizia, ainda que aceitava o desafio de ir à Conservatória para saber em que situação estava o processo do registo dos terrenos e também nunca informou que era candidato. ----------

------ O sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que era necessário recompor a comissão, dada a falta do elemento em causa, do mesmo passo que solicitou a sua substituição, dada a sua oposição frontal ao modo como tinha sido criado aquele suposto empreendimento de habitação social. Disse que ser pobre não era vergonha e tinha a mesma dignidade do grande rico e os pobres não podiam ser tratados como escória do humanidade; que, o empreendimento em causa era um atentado, em primeiro lugar, às pessoas que lá irão habitar e não resolvia o problema, de maneira nenhuma; que, quando se tinha manifestado ali na Assembleia que estava farto de bairros tipo "Pica-pau Amarelo" e "Casal Ventoso" lhe tinha sido respondido que tudo aquilo assentava num trabalho prévio; que, na sua opinião não tinha havido o mínimo trabalho e o mínimo estudo para aferir quais eram as autênticas necessidades daquela população, com carências reais de habitação e que mereciam toda a solidariedade e não enxotada e encaixotada; que, desgraçadamente, nem sequer era um projecto igual ao do "Pica-pau Amarelo" ou do "Casal Ventoso" porque esses, pelo menos, previam mercearias, talhos, esquadras de polícia e outro equipamento social; que, aquele projecto falhava em muito não prevendo qualquer tipo de equipamento social, nem sequer uma escola quando era previsível que fossem para lá muitas famílias com crianças; que, se ia ali criar um lugar do tamanho de tantas outras povoações do concelho de Mira, sem um café, uma mercearia, uma taberna, enfim, tudo o que era equipamento social tinha sido anulado, como se toda aquela gente não merecesse ser tratada com dignidade; que, se estava ali a criar um foco de tensão que não dava felicidade às pessoas que para lá iriam viver ou então e não queria acreditar que fosse verdade, tinham pensado naquilo só para tirar os incómodos da Praia de Mira; que, o caso do deputado Dr. Balugas lhe tinha dado alguma tranquilidade nesse aspecto mas não o tinha tranquilizado no tocante ao resto e se não houvesse possibilidades de alteração do projecto, achava que se estava a fazer um atentado contra o povo da Praia

de Mira, contra os mais infelizes, exactamente pela falta de estruturas capazes para um vivência humana digna e ao ser criado um projecto para habitação social capaz, havendo para isso soluções, simplesmente, pelas pressas políticas, não tinha sido feito, não tinha sido pensado; que, em consciência, entendia que não devia participar na comissão, ainda que fosse apenas para análise das candidaturas, daí que solicitada à Assembleia que fosse substituído pelo 1º. Secretário da Mesa, Luis Filipe Cruz Barreto, aliás, seu substituto legal. ----------

------ O sr. deputado Dr. José Balugas, lembrou que não era aquele o assunto que devia ser tratado no ponto em apreço, embora se pudesse considerar, mas o que se pretendia era a rectificação da deliberação de 28 de Fevereiro de 2002. ----------

------ O sr. deputado Carlos Milheirão agradeceu ao sr. Presidente da Mesa, Dr. Gabriel da Frada por, uma vez mais, os ter presenteado com a sua maneira excelente de representar e disse que, naturalmente, daria um bom actor de dramas; que, a habitação social da Videira Norte não era tão sem pés nem cabeça como o Dr. Gabriel estava a querer fazer ver às pessoas que ali estavam presentes; que, na verdade, era um lugar digno para as pessoas habitarem, mesmo não estando para lá previstas lojas nem tabernas, porque também não faziam lá grande falta; que, talvez uma escola ou jardim de infância, isso sim e julgava que era desnecessária tanta teatralidade para expor o seu ponto de vista.----------

------ Por fim, foi indicado, pela bancada do Partido Socialista, o sr. deputado Dr. Manuel Rocha Marques Castelhano, ficando assim a fazer parte da comissão de análise de candidaturas da Videira Norte, em substituição do deputado Dr. José Balugas, do mesmo passo que foi, igualmente, indicado o 1º. Secretário da Mesa, Luis Filipe Cruz Barreto, para substituir o sr. Presidente da Mesa, Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, na dita comissão.----------

------ **PONTO CINCO: "Apreciação da Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano financeiro de 2002".** ----------

------ Previamente inscrito para usar da palavra, interveio o sr. deputado Dr. Balugas para fazer um comentário relativamente à baixa taxa de concretização do orçamento, a rondar os 50%. Disse que isso não era mal nenhum e que já tinha assistido a situações semelhantes muitas vezes e que era normal a

existência de uma baixa taxa de execução; que, era normal ser-se ambicioso e era também normal que se quisessem fazer obras, mas não adiantava colocar em orçamento grandes números quando se sabia que não se conseguiam alcançar; que, a sua crítica não tinha nada de negativo, era apenas um comentário.-----

------ O deputado Dr. Juan António interveio para dizer que, apesar da taxa global de execução ser de 50%, havia a registar algumas taxas mais elevadas em certas áreas; que, todos sabiam que as receitas eram diminutas e ali estaria intrínseca a venda de lotes da Videira Norte que, infelizmente, ainda não era uma realidade, como também do terrenos do golfe que não podiam ser contabilizados; que, acima de tudo, queria realçar duas questões, porquanto se falava em dois conceitos totalmente distintos, já que uma coisa era a dívida da Câmara Municipal e outra a capacidade de endividamento da Autarquia e a tendência era para misturar as duas coisas; que, os compromissos assumidos pela Câmara se cifravam em cerca de 980 mil euros e desse montante podiam desagregar-se duas parcelas, em que cerca de 600.000 vinham do Executivo anterior, por compromissos assumidos que estavam a ser liquidados o que revelava algum rigor na assunção de compromissos. Da análise do Quadro de Pessoal, realçou que dum Executivo para o outro não se verificavam grandes flutuações, havendo apenas a registar o aumento de um elemento. ----------

------ O sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo interveio para realçar dois pontos aos quais o sr. deputado Dr. Juan António já se tinha reportado mas que queria reforçar ainda mais: um deles era a questão do pessoal, que o deixou espantado porque todos os dias se liam nos jornais que a Câmara metia pessoas e, afinal, durante o ano de 2002, o quadro apenas tinha aumentado em uma pessoa que, por sinal, era mais um Vereador, pelo que se andavam a dizer coisas com deficiente informação. O outro ponto que também o deixava espantado eram os compromissos assumidos e ainda não pagos, no montante muito elevado, relativamente à Piscina Municipal, à expropriação de terrenos para a Variante, etc., pelo que há um ano e meio se tinha andado a inaugurar obras que ainda hoje estavam a ser pagas pelo Executivo. Finalmente, destacou que a taxa de execução das despesas representava uma boa percentagem na área da Educação, em que mais de 10% tinham sido canalizados para esta área, o que, nos tempos que corriam, era muito bom, era uma aposta no futuro, assim como na área da Cultura e Desporto com boas taxas de

execução. Terminou, destacando a equidade de tratamento no tocante à distribuição de verbas às Juntas de Freguesia do concelho. ----------

------ Não se verificando mais nenhuma intervenção, foi o assunto posto à votação tendo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

------ **DECLARAÇÕES DE VOTO:**----------

------ O deputado sr. Narciso Patrão declarou que pretendia fazer uma declaração de voto na medida em que tantas vezes naquela Assembleia tinha sido criticado o empolamento dos orçamentos e ele tinha sempre defendido que muitas vezes era necessário empolar os orçamentos para fazer face àquilo que se pretendia fazer e também mudar verbas de um lado para o outro, porque os dinheiros eram sempre escassos. Que, o que o que se podia ver era que o que se fazia dantes, também se fazia agora e era preciso ter algum cuidado e que estava satisfeito por verificar que as pessoas afinal estavam a ver que era necessário fazer empolamentos para dar seguimento aos trabalhos que se pretendiam realizar e, quando assim era, merecia o seu acordo.----------

------ **PONTO SEIS: "Análise e discussão da 1ª. Revisão Orçamental e do Plano de 2003".**----------

------ Usou da palavra o deputado sr. Narciso Patrão para reafirmar o que tinha acabado de dizer, no sentido de que a revisão era precisamente para fazer a mudança de verbas de rubricas onde não eram necessárias para outras onde havia a necessidade delas, o que era, para si, aceitável.----------

------ Não se tendo verificado mais intervenções, passou-se à votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: votos contra: zero; abstenções: 8, dos deputados do Partido Socialista e votos a favor: 13, dos senhores deputados do Partido Social Democrata.----------

------ **DECLARAÇÕES DE VOTO:**----------

------ O deputado Dr. José Balugas declarou que a posição de abstenção tomada pelo Partido Socialista ia no sentido de facultar à Câmara Municipal o instrumento de trabalho em questão.----------

------ **PONTO SETE: "Análise e discussão da alteração da tabela de taxas e licenças da Câmara Municipal – taxa de limpeza de fossas".**----------